



# Relatório de Contas de 2017

## INDICE

### Relatório de contas

Balanço	1
Demonstração de Resultados por Natureza	2
Anexo do exercício 2017	3
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	18

# NERGA-NÚCLEO EMPRESARIAL DA REGIÃO DA GUARDA

Balanço individual em 31 de Dezembro de 2017

Contribuinte: 502280310

Unidade Monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2017	31/12/2016
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	4	545.629,47	601.467,63
Investimentos financeiros	7.4.3	19.600,00	19.100,00
		<b>565.229,47</b>	<b>620.567,63</b>
<b>Activo Corrente</b>			
Créditos a receber	7.4.1	1.109.966,56	628.282,83
Estado e outros entes públicos	11.2.2	0,00	209,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	7.4.1	36.602,34	29.972,97
Diferimentos	11.2.1	588,83	694,73
Caixa e depósitos bancários	7.4.4	95.219,42	16.607,67
		<b>1.242.377,15</b>	<b>675.767,20</b>
<b>Total do activo</b>		<b>1.807.606,62</b>	<b>1.296.334,83</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Resultados transitados	3.4	118.079,18	119.950,12
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	4 / 6	392.557,82	478.828,09
		<b>510.637,00</b>	<b>598.778,21</b>
Resultado líquido do período		1.238,39	1.482,16
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>511.875,39</b>	<b>600.260,37</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	7.4.1	174.266,57	103.925,07
Estado e outros entes públicos	11.2.2	19.955,89	11.180,37
Financiamentos obtidos	7.4.2	262.881,60	180.240,42
Diferimentos	11.2.1	799.171,05	367.832,16
Outros passivos correntes	7.4.1	39.456,12	32.896,44
		<b>1.295.731,23</b>	<b>696.074,46</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>1.295.731,23</b>	<b>696.074,46</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>1.807.606,62</b>	<b>1.296.334,83</b>

O Contabilista Certificado  
Membro n.º 83223

*Patrícia Sofia Gonçalves Ribeiro Freire*

A Direcção



# NERGA-NÚCLEO EMPRESARIAL DA REGIÃO DA GUARDA

Demonstração individual dos fluxos de caixa  
Período findo em 31 de Dezembro de 2017

Contribuinte: 502280310  
Unidade Monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2017	31/12/2016
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		148.447,88	197.692,29
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		(378.989,89)	(124.208,09)
Pagamentos ao pessoal		(143.907,75)	(140.237,23)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>(374.449,76)</b>	<b>(66.753,03)</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(590,86)	(571,70)
Outros recebimentos/pagamentos		436.653,97	118.079,63
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>61.613,35</b>	<b>50.754,90</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
<i>Activos fixos tangíveis</i>		(43.145,86)	(315,21)
<i>Investimentos financeiros</i>		(500,00)	0,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b>(43.645,86)</b>	<b>(315,21)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
<i>Financiamentos obtidos</i>		789.500,00	459.000,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
<i>Financiamentos obtidos</i>		(706.858,82)	(486.726,49)
<i>Juros e gastos similares</i>		(21.996,92)	(12.888,77)
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>60.644,26</b>	<b>(40.615,26)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>78.611,75</b>	<b>9.824,43</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	7.4.4	<b>16.607,67</b>	<b>6.783,24</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	7.4.4	<b>95.219,42</b>	<b>16.607,67</b>

O Contabilista Certificado  
Membro n.º 83223

*Retícia Sofia Gonçalves Pinto Freire*

A Direcção



## NERGA-NÚCLEO EMPRESARIAL DA REGIÃO DA GUARDA

Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no período findo em 31 de Dezembro de 2016

Contribuinte: 502280310  
Unidade Monetária: euros

DESCRÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				Total dos Fundos Patrimoniais
		Resultados Transitados	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
<b>1</b> POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO findo em 31-12-2016	3, 4	117.622,90	227.265,10	2.327,22	347.215,22	347.215,22
<b>2</b> ALTERAÇÕES NO PERÍODO Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		2.327,22	251.562,99	(2.327,22)	251.562,99	251.562,99
<b>3</b> RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		2.327,22	251.562,99	(2.327,22)	251.562,99	251.562,99
<b>4=2+3</b> RESULTADO EXTENSIVO				1.482,16	1.482,16	1.482,16
<b>5</b> OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO		2.327,22	251.562,99	(845,06)	253.045,15	253.045,15
<b>6=1+2+3+4+5</b> POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 31-12-2016		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		119.950,12	478.828,09	1.482,16	600.260,37	600.260,37

## NERGA-NÚCLEO EMPRESARIAL DA REGIÃO DA GUARDA

Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no período findo em 31 de Dezembro de 2017

Contribuinte: 502280310  
Unidade Monetária: euros

DESCRÇÃO	NOTAS	Fundo Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				Total dos Fundos Patrimoniais
		Resultados Transitados	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
<b>6</b> POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO findo em 31-12-2017		119.950,12	478.828,09	1.482,16	600.260,37	600.260,37
<b>7</b> ALTERAÇÕES NO PERÍODO Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	4 / 6	(1.870,94)	(86.270,27)	(1.482,16)	(89.623,37)	(89.623,37)
<b>8</b> RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		(1.870,94)	(86.270,27)	(1.482,16)	(89.623,37)	(89.623,37)
<b>9=7+8</b> RESULTADO EXTENSIVO				1.238,39	1.238,39	1.238,39
<b>10</b> OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO		(1.870,94)	(86.270,27)	(243,77)	(88.384,98)	(88.384,98)
<b>6+7+8+10</b> POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 31-12-2017		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		118.079,18	392.557,82	1.238,39	511.875,39	511.875,39

O Contabilista Certificado  
Membro n.º 83223

*Patrícia Sofia Gonçalves Percebo Fraine*

A Direcção



## NERGA-NÚCLEO EMPRESARIAL DA REGIÃO DA GUARDA

Demonstração individual dos resultados por naturezas  
Período findo em 31 de Dezembro de 2017

Contribuinte: 502280310  
Unidade Monetária: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2017	31/12/2016
Vendas e serviços prestados	5	148.447,88	74.304,66
Subsídios, doações e legados à exploração	6	391.831,45	204.787,88
Fornecimentos e serviços externos	11.2.4	(449.437,29)	(178.879,38)
Gastos com o pessoal	8	(143.907,75)	(140.237,23)
Outros rendimentos	6 / 11.2.3	105.194,69	85.791,02
Outros gastos	11.2.3	(9.606,08)	(13.896,70)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>42.522,90</b>	<b>31.870,25</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(18.428,16)	(16.908,46)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>24.094,74</b>	<b>14.961,79</b>
Juros e gastos similares suportados	8	(21.996,92)	(12.888,77)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>2.097,82</b>	<b>2.073,02</b>
Imposto sobre o rendimento do período		(859,43)	(590,86)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>1.238,39</b>	<b>1.482,16</b>

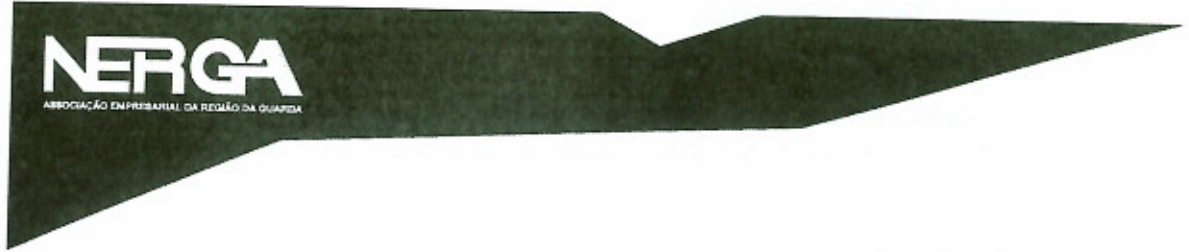
O Contabilista Certificado  
Membro n.º 83223

*Patrícia Sofia Gonçalves Pinheiro Faria*

A Direcção



④



# **NERGA**

## **NÚCLEO EMPRESARIAL DA REGIÃO DA GUARDA**

**ANEXO do exercício de 2017**

---

**ANEXO**

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

**1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:**

**1.1 Denominação da Entidade:**

NERGA – Núcleo Empresarial da Região da Guarda – Associação Empresarial

**1.2 Lugar da Sede Social:**

Parque Industrial da Guarda, Lote 37, Guarda

**1.3 Natureza da atividade:**

O objeto social do NERGA consiste em promover o desenvolvimento das atividades económicas da respetiva região nos domínios técnico, económico, comercial, associativo e outros, e em especial, assegurar aos seus associados uma crescente participação nas decisões e nos programas que com essas atividades se relacionem.

**2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

2.1 As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, tendo sido adotada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL), de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, com as alterações previstas no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho.

*2.2 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.*

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com as disposições do SNC-ESNL em vigor, com a flexibilidade permitida em função da situação concreta. Os pressupostos subjacentes, características qualitativas das Demonstrações Financeiras e normas contabilísticas adequadas foram aplicados com ponderação. As contas apresentadas expressam, com clareza, uma imagem verdadeira e apropriada do património, da posição financeira e dos resultados das operações realizadas no período a que se reportam. Adotaram-se, também, as práticas contabilísticas consignadas na legislação fiscal em vigor. No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.



**2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.**

As demonstrações financeiras do exercício de 2017 são comparáveis na sua plenitude com as do exercício de 2016.

Decorrente da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho, as anteriores normas contabilísticas foram objeto de alterações, implicando a revisão dos modelos de demonstrações financeiras em vigor até 31 de dezembro de 2015, através da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho.

### **3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

#### **3.1 Principais políticas contabilísticas:**

##### **a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:**

As Demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

##### **Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

##### **Ativos Fixos Tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate,

sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

**Investimentos Financeiros**

Os investimentos financeiros encontram-se valorizados ao seu valor nominal.

**Subsídios do Governo**

Os subsídios do governo são reconhecidos quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Instituição cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis estão registados em balanço na rubrica “Outras variações nos Fundos Patrimoniais” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

**Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

**Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

**Clientes e outras dívidas de terceiros**

As dívidas dos clientes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade e as dívidas de «outros terceiros» ao custo.

As dívidas de clientes e de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal.

**Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal.

**Financiamentos Obtidos (empréstimos)**

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

#### Princípio do Acréscimo

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

#### Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

#### **Benefícios de empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

#### **Eventos subsequentes**

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

#### **b) Outras políticas contabilísticas:**

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva

de imparidades, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados, sempre que possa ser medido de forma fiável.

**c) Principais pressupostos relativos ao futuro:**

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

**d) Principais fontes de incerteza das estimativas:**

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras anexas.

**3.2. Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.**

As políticas contabilísticas não foram alteradas.

**3.3 — Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.**

As políticas contabilísticas não foram alteradas.

## **4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

### **4.1 – Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:**

**a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

**b) Métodos de depreciação usados:**

As depreciações são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta fracionada em duodécimos. Os terrenos não são depreciados.

**c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:**

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Activos fixos tangíveis	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	4 a 8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4 a 8
Outros activos fixos tangíveis	4 a 8

**d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:**

A quantia escriturada, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Rubricas	Situação em 31/12/2017			Situação em 31/12/2016		
	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Outros activos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	258.000,00 €	0,00 €	258.000,00 €	258.000,00 €	0,00 €	258.000,00 €
Edifícios e outras construções	761.108,23 €	476.817,13 €	284.291,10 €	667.583,62 €	424.216,95 €	243.366,67 €
Equipamento básico	114.952,83 €	114.724,57 €	228,26 €	114.952,83 €	114.715,93 €	236,90 €
Equipamento de transporte	24.500,00 €	24.500,00 €	0,00 €	24.500,00 €	24.500,00 €	0,00 €
Equipamento administrativo	654.447,96 €	654.447,96 €	0,00 €	654.447,96 €	654.331,69 €	116,27 €
Outros activos fixos tangíveis	59.480,47 €	56.370,35 €	3.110,12 €	59.480,47 €	53.257,29 €	6.223,18 €
Investimentos em Curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	93.524,61 €	0,00 €	93.524,61 €
<b>Total</b>	<b>1.872.489,49 €</b>	<b>1.326.860,01 €</b>	<b>545.629,48 €</b>	<b>1.872.489,49 €</b>	<b>1.271.021,86 €</b>	<b>601.467,63 €</b>

Anexo – exercício de 2017

Rubricas	Quantia escriturada 31/12/2016	Adições	Revalorizações	Alienações	Depreciações	Perdas imparidade	Abates / Transferências	Quantia escriturada 31/12/2017
<b>Outros ativos tangíveis</b>								
Terrenos e recursos naturais	258.000,00 €							258.000,00 €
Edifícios e outras construções	243.366,67 €				15.190,18 €			228.176,49 €
Equipamento básico	236,90 €				8,64 €			228,26 €
Equipamento de transporte	0,00 €							0,00 €
Equipamento administrativo	116,27 €				116,27 €			0,00 €
Outros activos fixos tangíveis	6.223,18 €				3.113,06 €			3.110,12 €
Investimentos em curso	93.524,61 €						93.524,61 €	0,00 €
<b>Total</b>	<b>601.467,63 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>18.428,15 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>93.524,61 €</b>	<b>489.514,87 €</b>

**4.2 — Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:**

**a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos;**

Não existem quaisquer restrições à titularidade de ativos fixos tangíveis da Instituição.

**5. RENDIMENTOS E GASTOS**

**5.1 — Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.**

O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada entre a entidade e o comprador ou utente do ativo, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos pela entidade. O rédito inclui somente os influxos brutos de contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade, recebidos e a receber de sua própria conta. Quando aplicável, as quantias cobradas por conta de terceiros são excluídas do rédito.

**5.2 — Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excepcionais.**

Rubricas	31/12/2017	31/12/2016	Varição
<b>Prestações de serviços</b>			
- Serviços gerais	116.326,88 €	40.755,47 €	75.571,41 €
- Quotas (Sócios)	21.491,00 €	16.684,00 €	4.807,00 €
- Formação e outras	10.630,00 €	16.865,19 €	-6.235,19 €
<b>Subsídios à exploração</b>	<b>391.831,45 €</b>	<b>204.787,88 €</b>	<b>187.043,57 €</b>
<b>Juros</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>
<b>Total</b>	<b>540.279,33 €</b>	<b>279.092,54 €</b>	<b>261.186,79 €</b>

## 6. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

### 6.1 — Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais

Outros variações nos fundos patrimoniais	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Subsídios ao investimento	221.550,69 €		86.270,27 €	135.280,42 €
<b>Total</b>	<b>221.550,69 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>86.270,27 €</b>	<b>135.280,42 €</b>

Os subsídios não reembolsáveis, relacionados com ativos financeiros, são inicialmente reconhecidos nos Fundos patrimoniais e subsequente imputados numa base sistemática, como rendimentos, durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

A Instituição considera subsídios não reembolsáveis, quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Estão reconhecidos no fundo patrimonial subsídios já recebidos provenientes de investimentos (instalações e equipamentos) realizados em anos transatos.

No exercício de 2017 e de forma consistente com o procedimento iniciado em 2012 os subsídios à exploração (relacionados com rendimentos) foram reconhecidos no momento da celebração dos termos de aceitação das candidaturas com as respetivas entidades gestoras dos programas.

Tal contabilização deriva de obrigação decorrente dos termos de aceitação das candidaturas no âmbito do POPH e do artigo 31º do Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007, de 10 de Dezembro.

Foram então reconhecidos na demonstração de resultados do corrente exercício 391.831,45 euros de subsídios relacionados com a exploração da Instituição, em virtude da perspetiva e estimativa da associação em virtude dos gastos financiados incorridos em 2017, sendo que aqueles rendimentos serão aferidos definitivamente em 2018 pela validação dos respetivos pedidos de pagamento.

### 6.2 — Principais doadores/fontes de fundos.

Os principais doadores de fundos foram as seguintes entidades coletivas públicas:

- POPH – Programa Operacional Potencial Humano (FSE/OSS).
- Instituto da Segurança Social.

- Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (anterior IFDR – Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P.).
- IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.
- Conselho Empresarial do Centro.

## 7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 7.1 — *Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.*

A entidade reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro, apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros, nomeadamente as rubricas de Créditos a receber, Fornecedores, Outros passivos correntes, Financiamentos obtidos e investimentos financeiros, encontram-se mensurados ao custo menos perda por imparidade.

### 7.2 — *Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:*

- a) Créditos resultantes de vendas e de prestações de serviços;*
- b) Créditos sobre entidades subsidiárias e associadas;*
- c) Outros créditos;*
- d) Fundos subscritos e não realizados;*
- e) Diferimentos.*

Pese embora a existência de alguns créditos a receber com antiguidade considerável explanados no ponto 7.3.1 seguinte, a sua apresentação no balanço foi efetuada no ativo corrente dada a forte expectativa da Direção na cobrança de tais valores até final do exercício de 2018.

### 7.3 — *Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:*

- a) Empréstimos por obrigações;*
- b) Dívidas a instituições de crédito;*
- c) Adiantamentos recebidos sobre encomendas;*
- d) Dívidas por compras e prestações de serviço;*
- e) Dívidas representadas por letras e outros títulos a pagar;*
- f) Dívidas a entidades subsidiárias e associadas;*
- g) Outras dívidas;*



**h) Diferimentos.**

Ver nota 7.4.2 seguinte

**7.4 A quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria é a seguinte:**

**7.4.1 Clientes/Fornecedores/créditos a receber/outros passivos correntes/pessoal**

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 as rubricas de Clientes/Fornecedores/créditos a receber/outros passivos financeiros e pessoal apresentavam a seguinte decomposição:

Rubricas	Situação em 31/12/2017			Situação em 31/12/2016		
	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
<b>Activos</b>						
Clientes (créditos a receber)	579.957,64 €	61.583,55 €	518.374,09 €	661.456,70 €	63.418,10 €	598.038,60 €
Créditos a receber	591.592,47 €	0,00 €	591.592,47 €	30.244,23 €	0,00 €	30.244,23 €
Associados	36.602,34 €	0,00 €	36.602,34 €	29.972,97 €	0,00 €	29.972,97 €
<b>Total do activo</b>	<b>1.208.152,45 €</b>	<b>61.583,55 €</b>	<b>1.146.568,90 €</b>	<b>721.673,90 €</b>	<b>63.418,10 €</b>	<b>658.255,80 €</b>
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	173.893,36 €	0,00 €	173.893,36 €	103.925,07 €	0,00 €	103.925,07 €
Outros passivos correntes	39.456,12 €	0,00 €	39.456,12 €	32.896,44 €	0,00 €	32.896,44 €
<b>Total do Passivo</b>	<b>213.349,48 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>213.349,48 €</b>	<b>136.821,51 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>136.821,51 €</b>

A demonstração de resultados do exercício não inclui qualquer quantia relacionada com perdas de imparidade ou suas reversões.

No entanto as rubricas de Clientes e Associados englobam diversos saldos com antiguidade considerável, encontrando-se os serviços administrativos e financeiros da Associação a intentar novos procedimentos de cobrança dos mesmos, pelo que ainda é expectativa da Direção da Associação que a maioria daqueles saldos respeitem a valores cuja expectativa de realização ainda se mantém, em virtude de ainda não terem sido concluídos todos procedimentos e esgotados todos os esforços dos serviços da Associação na tentativa de recebimento dos mesmos.

A rubrica de outras contas a receber engloba no final de 2017 um saldo de 29.000 euros a receber da Pró-Raia – Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte referente a empréstimo

efetuado, que apesar de estar vencido há largo tempo, a Direção considera não existirem riscos de incobabilidade do mesmo não estando também esgotados todos os mecanismos legais possíveis de cobrança do mesmo, sendo que em 2018 se perspetiva a cobrança daquele valor através de procedimento de cessão de créditos, pelo que não foi constituída qualquer perda por imparidade. No exercício esta conta foi reduzida em 500 euros por via do registo de encontro de contas. Para além do referido, em 31 de Dezembro de 2017 não existem outras situações objetivas e relevantes de reconhecimento de perdas por imparidade dos ativos apresentados no balanço.

#### 7.4.2 Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de «Financiamentos obtidos» do passivo, apresentava a seguinte decomposição:

Modalidades de financiamento	Situação em 31/12/2017			Situação em 31/12/2016		
	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total
Descobertos bancários	6.256,63 €	0,00 €	6.256,63 €	240,42 €	0,00 €	240,42 €
Conta caucionada / Livranças	246.624,97 €	0,00 €	246.624,97 €	180.000,00 €	0,00 €	180.000,00 €
Outros financiadores	10.000,00 €	0,00 €	10.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>Total</b>	<b>262.881,60 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>262.881,60 €</b>	<b>180.240,42 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>180.240,42 €</b>

#### 7.4.3 Investimentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de «Investimentos Financeiros», apresentava a seguinte decomposição:

Anexo – exercício de 2017

Rubrica	Situação em 31/12/2017			Situação em 31/12/2016		
	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
<b>Participações de capital noutras empresas/Instituições</b>						
PLIE, S.A.	500,00 €	0,00 €	500,00 €	500,00 €	0,00 €	500,00 €
AFTEBI	5.000,00 €	0,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €	0,00 €	5.000,00 €
WINCENTRO	2.500,00 €	0,00 €	2.500,00 €	2.500,00 €	0,00 €	2.500,00 €
CEC - Conselho Empres. Centro	11.100,00 €	0,00 €	11.100,00 €	11.100,00 €	0,00 €	11.100,00 €
CRÉDITO AGRÍCOLA	500,00 €	0,00 €	500,00 €			

#### 7.4.4 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Rubricas	31/12/2017	31/12/2016
<b>Caixa de depósitos bancários</b>		
<b>Activos</b>		
Caixa	7.497,21	8.042,55
Depósitos à ordem	87.722,21	8.565,12
<b>Total</b>	<b>95.219,42</b>	<b>16.607,67</b>

## 8. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

**8.1 — Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão e alterações no mesmo período ocorridas.**

O número médio de funcionários durante o período foi de 6.

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

<b>Gastos com Pessoal</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Remunerações do Pessoal	117.113,66	113.928,37
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	24.615,62	24.119,80
Seguros de acidentes de trabalho	2.166,27	2.189,06
Outros gastos com o Pessoal	12,20	0,00
<b>Total</b>	<b>143.907,75</b>	<b>140.237,23</b>

**8.2 — Compromissos existentes em matéria de pensões.**

Não existem quaisquer situações de benefícios pós-emprego (pensões) e outros benefícios a longo prazo de empregados.

**8.3 — Membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão:**

**a) Remunerações dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão.**

Os membros dos Órgãos diretivos não são remunerados por tais funções.

## **9. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO**

**9.1 — Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço:**

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 21 de Março de 2018.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração das presentes demonstrações financeiras, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

## **10. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS**

**10.1 — Situação tributária e contributiva**

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no artigo 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro (Código Contributivo), informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## **11. OUTRAS DIVULGAÇÕES**

**11.1 — Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.**

### **11.2.1 – Diferimentos**

A conta de diferimentos engloba gastos com seguros e outros gastos a serem reconhecidos na demonstração de resultados do período de 2018, de acordo com o princípio do acréscimo (especialização dos exercícios) e de forma consistente com os exercícios transatos.

Relativamente à rubrica de diferimentos do passivo corrente, refere-se a subsídios à exploração quanto a termos de aceitação de candidaturas celebrados em 2017 que vão ser reconhecidos em rendimentos em anos futuros, de forma balanceada com os respetivos gastos relacionados e a incorrer também nesses exercícios, na sequência do âmbito plurianual dos mesmos e de acordo com o princípio do acréscimo.

### **11.2.2 – Estado e outros entes públicos**

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Anexo – exercício de 2017

Estado e Outros Entes Públicos	Situação em 31/12/2017			Situação em 31/12/2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Activos</b>						
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00 €		0,00 €	209,00 €	0,00 €	209,00 €
<b>Total do activo</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>209,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>209,00 €</b>
<b>Passivos</b>						
Imposto sobre o rendimento	859,43 €	0,00 €	859,43 €	590,86 €	0,00 €	590,86 €
Retenção de impostos s/ rendimento	2.800,00 €	0,00 €	2.800,00 €	2.397,13 €	0,00 €	2.397,13 €
Imposto sobre o valor acrescentado	10.305,48 €	0,00 €	10.305,48 €	3.560,50 €	0,00 €	3.560,50 €
Contribuições p/ Segurança Social	5.990,98 €	0,00 €	5.990,98 €	4.631,88 €	0,00 €	4.631,88 €
<b>Total do passivo</b>	<b>19.955,89 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>19.955,89 €</b>	<b>11.180,37 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>11.180,37 €</b>

**11.2.3 – Outros gastos / Outros rendimentos**

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, as rubricas da demonstração de resultados *Outros gastos e perdas* e *Outros rendimentos e ganhos* e apresentavam a seguinte decomposição:

Rubricas	31/12/2017	31/12/2016
<b>Outros gastos</b>		
Impostos	4.769,52	5.439,06
Donativos	0,00	150,00
Correcções relativas a períodos anteriores	9,69	2,10
Quotizações	1.950,00	4.720,00
Subsídios, donativos, bolsas de estudo	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	874,17
Outros não especificados	2.286,01	2.711,37
<b>Total</b>	<b>9.015,22</b>	<b>13.896,70</b>
<b>Outros rendimentos</b>		
Rendimentos suplementares (Alugueres)	54.797,28	29.254,34
Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	77,53
Correcções relativas a períodos anteriores	3.846,80	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,10	0,00
Imputação de subsídios ao investimento	5.714,41	5.714,41
Outros não especificados	40.836,10	50.744,74
<b>Total</b>	<b>105.194,69</b>	<b>85.791,02</b>

**11.2.4 – Fornecimentos e serviços externos**

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, as rubricas da demonstração de resultados *Fornecimentos e serviços externos* e apresentavam a seguinte decomposição:

<b>Fornecimentos e Serviços Externos</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Subcontratos	0,00	0,00
<b>Serviços Especializados</b>		
Trabalhos Especializados	388.911,80	130.278,05
Publicidade e Propaganda	10.461,35	13.397,57
Honorários	6.936,25	5.774,85
Conservação e Reparação	961,55	2.169,89
Serviços bancários	170,64	44,50
Outros	0,00	740,00
<b>Materiais</b>		
Ferramentas e ut. desg. rápido	138,60	404,03
Livros e documentação técnica	14,15	14,15
Material de escritório	322,89	1.200,25
Artigos para oferta	0,00	0,00
<b>Energia e Fluidos</b>		
Electricidade	8.800,15	8.679,00
Combustíveis	928,21	1.239,59
Água	1.279,18	910,53
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>		
Deslocações e estadas	8.199,78	3.239,69
Outros	14,37	0,00
<b>Serviços diversos</b>		
Rendas e alugueres	14.021,75	1.814,13
Comunicação	4.014,50	3.874,38
Seguros	2.898,50	2.860,40
Contencioso e notariado	94,34	380,96
Despesas de representação	208,52	277,95
Limpeza, higiene e conforto	1.060,76	1.579,46
<b>Total</b>	<b>449.437,29</b>	<b>178.879,38</b>

Guarda, 21 de Março de 2017

O Contabilista Certificado,

*Rita Maria Sofia Gonçalves Pereira Freitas*

CC N° 83223

A Direção,

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados:

- 1- Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, apresentamos aos Ex.mos Associados o nosso Relatório sobre a acção fiscalizadora por nós exercida no **NERGA – NÚCLEO EMPRESARIAL DA REGIÃO DA GUARDA – ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL**, e o nosso Parecer sobre o Balanço, Demonstração dos Resultados por naturezas e Anexo, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, que foram submetidos à nossa apreciação pela Direcção e que apresentam um total de activo de 1782.219,42 euros, um total de capital próprio de 511.875,39 euros e um resultado líquido do período de 1.238,39 euros.
- 2- Acompanhámos com regularidade o desenrolar dos negócios e diligências efectuadas pela Associação, tendo recebido da Direcção todos os elementos necessários para o desempenho das nossas funções.
- 3- No cumprimento da nossa acção fiscalizadora, procedemos às verificações dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte, tendo efectuado os testes e outros procedimentos com a profundidade que julgámos adequada nas circunstâncias, tendo recebido dos serviços toda a colaboração solicitada.
- 5- Considerando as Contas apresentadas e dado que não tomámos conhecimento de violação à Lei e aos Estatutos, somos de parecer que:



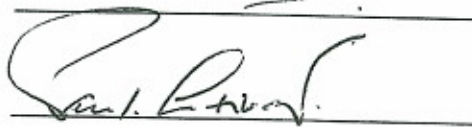
- a) Sejam aprovados o Balanço, Demonstração dos Resultados por naturezas apresentados pela Direcção e referentes ao exercício de 2017;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Guarda, 06 de Abril de 2018

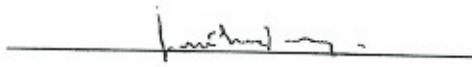
O Conselho Fiscal



Presidente:



Vogal:



Vogal:

